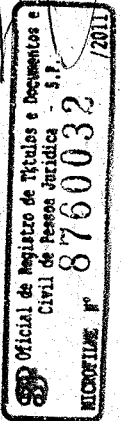




ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES.....	4
CLÁUSULA II REQUISITOS.....	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO .....	5
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	9
CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA.....	14
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA .....	14
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO.....	14
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	18
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO.....	21
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS .....	28
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO FIADOR.....	30
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS.....	33



JUL 2011

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE E COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ALUSA ENGENHARIA S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado,

**ALUSA ENGENHARIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.855, Bloco I, 4º andar, CEP 04548-005, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 58.580.465/0001-49, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro,

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures de primeira emissão da Companhia, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

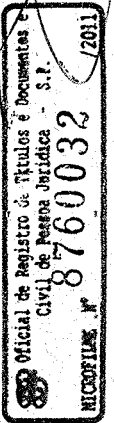
e ainda, como interveniente garantidor,

**GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.855, 4º andar, sala 52, Vila Olímpia, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.709.106/0001-08, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Fiador");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Alusa Engenharia S.A. ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.



*[Handwritten signatures and initials]*

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

### 1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas da Companhia realizadas em 22 de dezembro de 2010 e em 7 de janeiro de 2011, nas quais foram deliberadas as condições da Emissão (“AGE” e “AGE de Retificação”, respectivamente), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante e com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, “Emissão” ou “Oferta Restrita” e “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

### 2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação da Ata da AGE

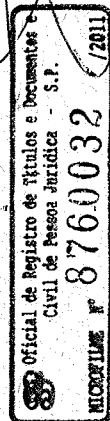
2.2.1. A ata da AGE e a ata da AGE de Retificação serão registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo (“Jornais de Publicação”), nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. Arquivamento da Escritura na JUCESP

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. Constituição das Garantias Reais

2.4.1. As garantias descritas na Cláusula 3.8.1 abaixo foram aprovadas pela AGE e serão devidamente constituídas mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e do Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários nos competentes Cartórios de Registro de



Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Os documentos acima citados serão entregues ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados do efetivo registro.

## 2.5. Registro da Fiança

2.5.1. Em virtude da fiança a que se refere a Cláusula 3.9 abaixo, a ser prestada pelo Fiador em benefício dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), conforme aprovado em Reunião de Sócios do Fiador realizada em 6 de janeiro de 2011, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, observado o disposto na Cláusula 3.9.10 desta Escritura e entregue ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados do efetivo registro.

## 2.6. Registro para Colocação e Negociação

2.6.1. As Debêntures serão registradas para:

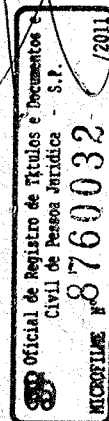
- (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e
- (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente por meio da CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a execução de serviços e obras de engenharia, tais como: construções civis, elétricas, hidráulicas, de telecomunicações e congêneres, por empreitada, sub-empreitada ou administração, e também montagens industriais e eletromecânicas; (ii) a prestação de serviços de fiscalização e consultoria, elaboração de projetos e estudos de viabilidade técnico-econômico-financeira, serviços de manutenção, de assistência técnica e serviços correlatos, dentro ou fora do território nacional; (iii) a constituição de consórcios com outras empresas, nacionais ou estrangeiras, para fins específicos de participação em concorrências públicas; (iv) a exportação e importação; (v) prestação de serviços de limpeza pública, coleta domiciliar de resíduos, varrição de ruas e outros logradouros públicos, lavagem e desinfecção de feiras-livres, operação e administração de aterros sanitários, usinas de compostagem e/ou reciclagem de resíduos sólidos domiciliares; (vi) manutenção e conservação de áreas verdes e serviços correlatos; (vii) prestação de serviços de TV a cabo, MMDS e outros serviços de televisão por assinatura em geral; (viii) a operação e a manutenção de linhas de transmissão e subestações; (ix) a participação em outras sociedades; (x) comércio varejista de materiais e equipamentos de construção em geral; (xi) serviços de escritório, de apoio



administrativo e outros serviços prestados às empresas, incluindo planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a primeira emissão de Debêntures da Emissora.

### 3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 300.000.000,000 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

### 3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A. ("BB-BI" ou "Coordenador Líder"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC" e, em conjunto com o BB-BI e o Bradesco BBI, "Coordenadores"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, da Primeira Emissão da Alusa Engenharia S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

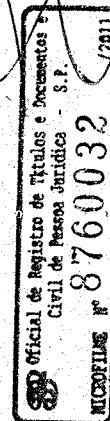
3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados": (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

3.5.2.3. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

### 3.6. Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.6.1. O banco mandatário e instituição depositária da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" e "Instituição Depositária").



3.6.2. A Instituição Depositária será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

### 3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita são utilizados pela Companhia para liquidação de contratos que representem dívidas de curto prazo e para o reforço de seu capital de giro.

### 3.8. Garantias Reais

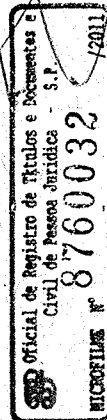
3.8.1. Conforme aprovado pela AGE, as Debêntures contarão com garantias adicionais reais representadas pela: (i) cessão fiduciária de parcela dos direitos creditórios de titularidade da Emissora provenientes do Contrato ICJ nº 0858.0056936.10.2, celebrado pela Emissora, de um lado, e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, de outro lado, em 08 de março de 2010, conforme aditado, (“Direitos Creditórios”), sendo que o saldo a receber dos Direitos Creditórios deverá corresponder a, no mínimo, 115% (cento e quinze por cento) do saldo devedor do Valor Garantido, devendo os valores correspondentes aos Direitos Creditórios ser depositados em conta vinculada a ser mantida pela Emissora; e (ii) cessão fiduciária dos créditos bancários de titularidade da Emissora depositados e a serem depositados e mantidos na conta nº 31411612-5, mantida junto ao Banco Depositário, Agência 3064-3, de titularidade da Emissora e não movimentável pela Emissora (“Créditos Bancários”). As garantias aqui previstas serão constituídas nos termos de instrumentos particulares de cessão fiduciária em garantia (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios” e “Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários”, respectivamente) a serem celebrados até a data de liquidação, entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária.

3.8.2. As garantias adicionais reais indicadas na Cláusula 3.8.1 acima deverão ser complementadas pela Emissora por meio da cessão fiduciária de direitos creditórios adicionais de titularidade da Emissora (“Novos Direitos Creditórios”), de modo que até o dia 1º de junho de 2011 o saldo a receber dos Novos Direitos Creditórios, conjuntamente com o saldo a receber dos Direitos Creditórios, corresponda a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo devedor do Valor Garantido, observado o disposto nesse sentido constante do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

3.8.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.8.2 acima, os Direitos Creditórios e/ou os Novos Direitos Creditórios poderão, a qualquer tempo, ser substituídos ou complementados por direitos creditórios de titularidade da Emissora provenientes de contratos celebrados pela Companhia com qualquer sociedade. Entretanto, caso a outra parte não seja a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, suas subsidiárias ou controladas, e/ou a Vale S.A., suas subsidiárias ou controladas, a respectiva substituição ou complementação dos Direitos Creditórios e/ou dos Novos Direitos Creditórios deverá ser aprovada previamente pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim.

### 3.9. Garantia Fidejussória

3.9.1. As Debêntures são garantidas por fiança (“Fiança”), prestada pelo Fiador qualificado no preâmbulo desta Escritura, constituída neste ato, que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obriga, perante os Debenturistas, na qualidade de devedor solidário e principal pagador de todas as obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 834, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de



janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.9.2. A Fiança visa a garantir o integral e pontual pagamento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão ou na Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução das garantias previstas nesta Escritura ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pelo Fiador em relação à Fiança será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

3.9.3. A Fiança aqui referida é prestada pelo Fiador em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.9.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.9.5. O Valor Garantido será pago pelo Fiador no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ao Fiador informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, exceto na hipótese de pedido de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, exceto na hipótese de pedido de autofalência da Emissora ou pedido de falência da Emissora não elidido no prazo legal, quando o valor devido será pago pelo Fiador no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ao Fiador solicitando o respectivo pagamento. Os pagamentos serão realizados pelo Fiador de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha ou possa ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura.

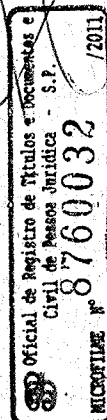
3.9.6. O pagamento citado na Cláusula 3.9.5 acima deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.9.7. A Fiança poderá ser excutada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.9.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelo Fiador com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.9.9. O Fiador sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ele honrada.

3.9.10. Em virtude da Fiança prestada pelo Fiador em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro, pela Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, em até 1 (um) Dia Útil a contar da data de sua retirada da JUCESP, após devidamente registrada na referida Junta Comercial, sendo certo que a obtenção do registro nos Cartórios de



Registro de Títulos e Documentos, conforme aqui previsto, não poderá ultrapassar o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura desta Escritura. No prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após o registro desta Escritura nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

3.9.11. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, inclusive nos casos de prorrogação.

3.9.12. O Fiador desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

3.9.13. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Cessão Fiduciária de Créditos Bancários e da Fiança, podendo os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, conjunta ou separadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as obrigações pecuniárias da Emissora devidas nos termos das Debêntures e assumidas nesta Escritura.

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Características Básicas

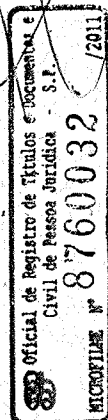
4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será o dia 10 de janeiro de 2011 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Emissora, nos termos do artigo 58, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, contando adicionalmente com garantias reais e garantia fidejussória, nos termos das Cláusulas 3.8 e 3.9 acima.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 10 de janeiro de 2016 ("Data de Vencimento"). Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.2 abaixo, calculada *pro rata temporis*, desde a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").



4.1.6. **Quantidade de Debêntures e Valor Total da Oferta Restrita:** Serão emitidas 300 (trezentas) Debêntures, totalizando R\$ 300.000.000,000 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão.

## 4.2. Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente a 123% (cento e vinte e três por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo* (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização, até a Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, conforme o caso). O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VN \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

**J** = Valor da Remuneração devida ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme aplicável), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

**FatorDI** = corresponde ao produtório das Taxas DI-Over com uso percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

**k** = número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até **n**;

**n** = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “n” um número inteiro;

**p** = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 123,00 (cento e vinte e três inteiros); e

**TDI<sub>k</sub>** = Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**DI<sub>k</sub>** - Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

JUL 25

37 01 11

#### 4.2.1.1. Observações:

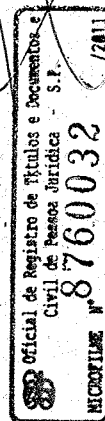
- (i) O fator resultante da expressão  $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iii) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.1.2 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.1.3, 4.2.1.4 e 4.2.1.5 abaixo.

4.2.1.3 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.1.4 abaixo.

4.2.1.4 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de  $TDI_k$  o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.1 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.

4.2.1.5 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.



4.2.1.6 Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2.1.7 Para fins da presente Escritura, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data do Pagamento da Remuneração do Período de Capitalização em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

### 4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1 A Remuneração será paga pela Emissora aos Debenturistas em periodicidade semestral, contada da Data de Emissão, ou seja, nos dias 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano (cada uma dessas datas, uma "Data do Pagamento da Remuneração"), sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 10 de julho de 2011 e o último pagamento ocorrerá na Data de Vencimento.

### 4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.4.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais, iguais e consecutivas a partir do 12º (décimo segundo) mês a contar da Data de Emissão, inclusive, iniciando-se, portanto, em 10 de janeiro de 2012, conforme valores descritos na tabela abaixo:

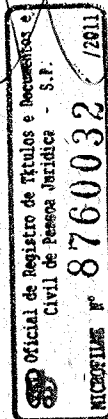
PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	PERCENTUAL AMORTIZADO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
1ª	10 de janeiro de 2012	11,1111%
2ª	10 de julho de 2012	11,1111%
3ª	10 de janeiro de 2013	11,1111%
4ª	10 de julho de 2013	11,1111%
5ª	10 de janeiro de 2014	11,1111%
6ª	10 de julho de 2014	11,1111%
7ª	10 de janeiro de 2015	11,1111%
8ª	10 de julho de 2015	11,1111%
9ª	10 de janeiro de 2016	11,1112%

### 4.5. Local de Pagamento

4.5.1 Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso, os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, ou, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados ao referido sistema, os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário e Instituição Depositária ("Local de Pagamento").

### 4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em



que não houver expediente bancário no Local de Pagamento, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.7. Encargos Moratórios

4.7.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (i) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

#### 4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.9. Preço de Subscrição

4.9.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário.

#### 4.10. Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1 A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

#### 4.11. Repactuação

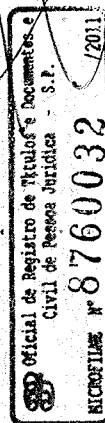
4.11.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.12. Publicidade

4.12.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores (<http://www.alusa.com.br>) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

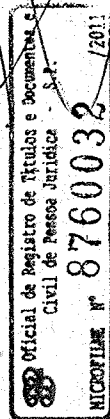
#### 4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária.



Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

JUCESP  
27 03 11



#### 4.14. Imunidade de Debenturistas

4.14.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora, pelo Fiador e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP, bem como registrados no competente Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

### CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

#### 6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. As Debêntures não poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora.

#### 6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o estipulado no artigo 13 da Instrução 476, adquirir Debêntures em Circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

### CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao tomar ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

X X

em qualquer aspecto relevante  
e/ou pelo Fiador no âmbito da  
responsabilidade das Debêntures,  
devidas aos titulares das Debêntures,  
devidas de vencimento, ficando a  
responsabilidade pelo pagamento dos encargos

relacionadas às  
de 20 (vinte) dias do referido  
nos termos desta

obrigações pecuniárias  
do Fiador em valor individual  
sem a devida contestação ou

obrigações pecuniárias de  
milhões de reais);

da Emissora e/ou de suas  
ou qualquer outra  
representem, no mínimo,  
em Assembleia Geral de  
a incorporação do

garantidora, e/ou contra o  
(milhões de reais), salvo se:  
de terceiros, desde que  
(a) for cancelado; ou (d)

judiciais transitadas em  
em obrigação de  
unitário ou agregado

de recuperação  
no prazo legal, ou,  
pela ou decretado

de defesa da  
agregado superior a  
contestadas no prazo  
pela Emissora

8760032 /2011  
Civil de Pessoa Jurídica - S.P.  
MICROFILME Nº

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

(i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelo Fiador no âmbito da Emissão;

(ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, por período superior a 1 (um) Dia Útil, contado das respectivas datas de vencimento, ficando a Emissora, independentemente do prazo aqui previsto, responsável pelo pagamento dos encargos moratórios previstos na cláusula 4.7 desta Escritura;

(iii) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias relacionadas às Debêntures estabelecidas nesta Escritura, não sanadas no prazo de até 20 (vinte) dias do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico nos termos desta Escritura;

(iv) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas controladas, e/ou do Fiador em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;

(v) vencimento antecipado declarado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias de qualquer das coligadas da Emissora em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

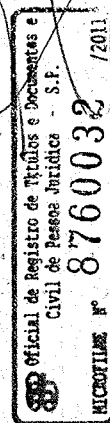
(vi) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora e/ou de suas controladoras, relacionadas à liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização, sem o prévio consentimento dos Debenturistas que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, excetuando-se, desde já: (i) a incorporação do Fiador pela Cime Administração e Participações S.A.;

(vii) protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, e/ou contra o Fiador, com valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se: (a) for elidido no prazo legal; (b) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pelo Fiador, conforme o caso; (c) for cancelado; ou (d) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;

(viii) descumprimento de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora e/ou do Fiador, que resultem ou possam resultar em obrigação de pagamento para a Emissora e/ou para o Fiador, conforme o caso, de valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(ix) extinção, liquidação, dissolução, insolvência ou apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;

(x) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, contra a Emissora e/ou o Fiador, de valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se tais autuações: (a) forem contestadas no prazo legal; (b) tiverem sido efetuadas por erro ou má-fé, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pelo Fiador, conforme o caso; ou (c) forem canceladas;



JUL 2011

(xi) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, exceto se tais medidas: (a) forem contestadas no prazo legal; (b) tiverem sido efetuadas por erro ou má-fé, desde que validamente comprovado pela Emissora, conforme o caso; ou (c) forem canceladas;

(xii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

(xiii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;

(xiv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura;

(xv) não cumprimento das obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e no Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários (inclusive com relação à não constituição da cessão fiduciária em garantia dos Novos Direitos Creditórios até 1º de junho de 2011, conforme previsto na Cláusula 3.8.2 acima), vencimento antecipado, cancelamento, revogação ou qualquer fato que importe em término ou redução dos Direitos Creditórios, dos Novos Direitos Creditórios e/ou dos Créditos Bancários, sem o reforço da garantia ou a prestação de nova garantia pela Emissora, aprovada, quando necessário, por Debenturistas que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, garantia esta que deverá ser constituída e levada a registro junto aos cartórios competentes, observados os prazos, limites mínimos e as proporções mínimas estabelecidos, respectivamente, no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e no Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários;

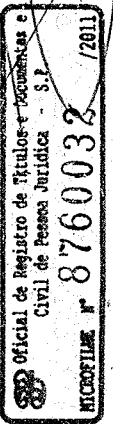
(xvi) criação ou permissão, por parte da Emissora, da existência de quaisquer ônus ou gravames sobre os ativos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários, no presente ou no futuro, da Emissora;

(xvii) não constituição, pela Emissora, de quaisquer das garantias previstas nesta Escritura, na forma e prazo estabelecidos nesta Escritura, no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários;

(xviii) resgate ou amortização de ações e/ou redução de capital pela Emissora, exceto se: (a) a redução de capital ocorrer para absorção de prejuízos; ou (b) for (em) aprovada(s) por Debenturistas que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(xix) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ressalvado (i) o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e (ii) o pagamento de dividendos acumulados relacionados ao exercício de 2009 ou a exercícios anteriores a 2009, sem a prévia anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(xx) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;



JUL 2011

(xxi) não atendimento, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros mínimos relacionados a seguir (“Índices Financeiros Mínimos”), a serem verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Emissora, observado o disposto na cláusula 8.1 (ii)(b) abaixo, sendo que a primeira verificação para fins deste item será realizada com base nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia relativas ao primeiro semestre de 2011:

I. Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual aos índices abaixo indicados, nos referidos períodos:

Período	Índice
Junho de 2011	3,0
Dezembro de 2011	3,0
Junho de 2012	3,0
Dezembro de 2012	2,5
Junho de 2013	2,5
Dezembro de 2013	2,5
Junho de 2014	2,5
Dezembro de 2014	2,0
Junho de 2015	2,0
Dezembro de 2015	2,0

II. Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,1.

Para os efeitos do disposto neste item (xxi), aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Dívida Financeira Líquida” significa a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira a dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, excluída a rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora.

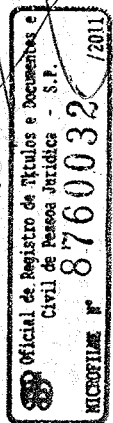
“EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, depreciação e amortização.

“Liquidez Corrente Ajustada” significa Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante.

7.1.1. A ocorrência dos eventos descritos nos itens (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (ix), (xii), (xvi), (xviii) e (xix) acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

7.1.1.1. Exceto conforme previsto na Cláusula 7.1.1 acima, que acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.2 abaixo.

7.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere à Cláusula 7.1.1.1 anterior poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das



Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

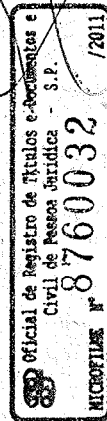
7.1.3. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 7.1.2 supra, não havendo sua convocação nos termos desta Escritura e das disposições legais aplicáveis, ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, deverá o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, exceto no caso: (i) de suspensão dos trabalhos na referida Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) de o Agente Fiduciário ser responsável pela não convocação da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, hipótese na qual os Debenturistas poderão fazê-lo conforme previsto na Cláusula 10.1.1 abaixo.

7.1.4. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures.

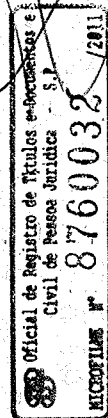
### CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (i) constituir a garantia adicional prevista na Cláusula 3.8.2 acima, por meio da cessão fiduciária de Novos Direitos Creditórios, de modo que até o dia 1º de junho de 2011 o saldo a receber dos Novos Direitos Creditórios, conjuntamente com o saldo a receber dos Direitos Creditórios, corresponda a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo devedor do Valor Garantido, observando-se para tanto o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, conforme aplicável;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;
  - (b) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias contados da publicação das demonstrações financeiras da Emissora, os Índices Financeiros Mínimos, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros Mínimos, e com declaração assinada pelos diretores da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento das disposições constantes da Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
  - (c) os Avisos aos Debenturistas e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que forem divulgados ao mercado;



JUL 2011



- (d) cópia de qualquer notificação judicial recebida pela Emissora ou pelo Fiador, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas;
  - (e) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
  - (f) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento e/ou de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas, imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora e/ou do Fiador contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora, e/ou o Fiador, pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;
  - (g) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e
  - (h) todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado no item (xv) da Cláusula 9.4.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM.
- (iii) comunicar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (iv) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (vi) convocar, nos termos das Cláusulas 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos solicitados por aquela autarquia;

(viii) fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;

(ix) manter atualizados e em boa ordem os livros e registros societários;

(x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(xi) não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;

(xii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;

(xiii) tomar as medidas necessárias para:

(a) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e/ou de suas controladas dentro dos respectivos objetos sociais e das práticas comerciais usuais; e

(b) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, excetuando-se pelo desgaste normal;

(xiv) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;

(xv) manter seus ativos operacionais relevantes e/ou de suas controladas adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora e/ou de suas controladas;

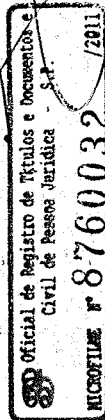
(xvi) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens;

(xvii) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima;

(xviii) atender de forma eficiente às solicitações razoáveis e fundamentadas dos titulares das Debêntures e do Agente Fiduciário;

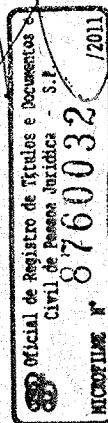
(xix) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:

(a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;



JUL 2011

- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de três meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de três anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (xx) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável; e
- (xxi) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Instituição Depositária, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures.



## CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. Nomeação

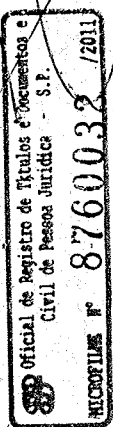
A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 9.2. Declaração

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter nenhum impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

JUL 30 2011



- (iv) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1998, do Banco Central do Brasil;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a regularidade da constituição da garantia fluante outorgada no âmbito da Oferta Restrita, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea "j" da Instrução CVM 28;
- (xii) que verificou a regularidade da constituição das garantias, nos termos da fiança prestada nesta Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e do Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários, e observará a manutenção da suficiência e exequibilidade das referidas garantias; e
- (xiii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

### 9.3. Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

JUCESP

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável.

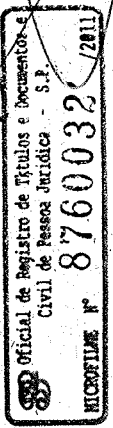
9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

#### 9.4. Deveres

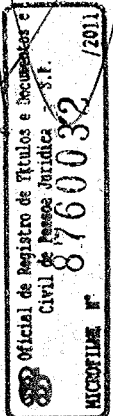
9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



JUL 19

27 03 11



(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(viii) verificar a regularidade da constituição das garantias fluante, reais e fidejussória previstas nesta Escritura, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

(ix) examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, quando a substituição estiver autorizada por esta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso;

(x) intimar a Emissora a reforçar as garantias previstas nesta Escritura, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

(xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

(xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;

(xiii) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (f) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

JUN 2011

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica - 8.2  
8760032  
MICROFILME Nº 8760032 /2011

- (g) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração, se for o caso;
  - (i) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
  - (j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia flutuante outorgada no âmbito da Oferta.
- (xvi) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xii) imediatamente anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - (c) na CVM;
  - (d) na CETIP; e
  - (e) na sede dos Coordenadores.
- (xvii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiii) imediatamente anterior;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Instituição Depositária e à CETIP;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- (a) à CVM; e
  - (b) à CETIP.
- (xxi) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xxii) calcular, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora em seu site (<http://pentagonotrustee.com.br>); e

(xxiii) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

## 9.5. Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura;

(ii) observados os termos e condições desta Escritura, executar a Fiança, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e o Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura;

(iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(iv) requerer a falência da Emissora; e

(v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

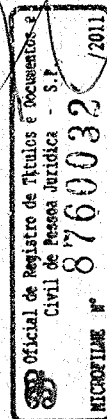
9.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iv) da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (v) da Cláusula 9.5.1 acima.

## 9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, remuneração composta de parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes.

9.6.1.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à: (i) execução das garantias, caso aplicável; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas em até 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de "relatório de horas". Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração: (i) de garantias, caso aplicável; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado.

9.6.1.2. As remunerações previstas nas Cláusulas 9.6.1 e 9.6.1.1 acima serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.





comprovantes de pagamento.

9.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, exceto nas hipóteses em que as despesas sejam feitas em caráter de comprovada urgência, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a dez dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

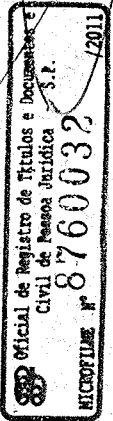
9.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções;
- (iv) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciárias de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.



hipóteses, será necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.3 As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.4 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, hipótese em que será obrigatória.

10.3.5 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

## CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO FIADOR

### 11.1. Declarações da Emissora

11.1.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

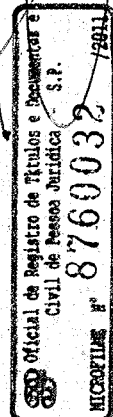
(ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(iii) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, tendo os representantes legais que assinam esta Escritura poderes para assumir, em seu nome, as obrigações estabelecidas;

(iv) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

(v) está cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

(vi) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Emissora não tem conhecimento de nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer



operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;

(vii) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;

(viii) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(ix) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e no que se refere às garantias prestadas pela Emissora e pelo Fiador, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora e do Fiador, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(x) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua e do Fiador em prejuízo dos investidores das Debêntures;

(xi) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;

(xii) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(xiii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;

(xiv) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

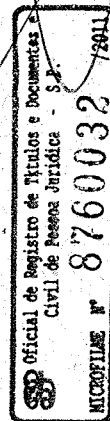
(xv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

## 11.2. Declarações do Fiador

11.2.1. O Fiador declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(ii) a prestação da Fiança foi autorizada por seus órgãos societários competentes e todas as demais autorizações necessárias para a prestação da Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor;



JUCESP

(iii) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível do Fiador, exequível de acordo com seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, tendo os representantes legais que assinam esta Escritura poderes para assinar, em seu nome, as obrigações estabelecidas;

(iv) a celebração da presente Escritura e a outorga da fiança não infringem qualquer lei ou restrição contratual que vincule ou afete o Fiador, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de nenhum ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem do Fiador, exceto por aqueles já existentes na presente data; e/ou (c) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

(v) está cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades do Fiador, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

(vi) as demonstrações financeiras do Fiador apresentam de maneira adequada a situação financeira do Fiador nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo o Fiador fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para o Fiador, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento do Fiador;

(vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pelo Fiador de suas obrigações nos termos da presente Escritura e da fiança, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura na JUCESP e o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;

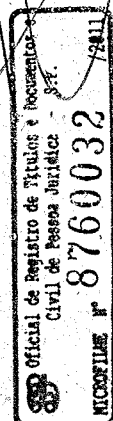
(viii) não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente envolvendo o Fiador perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da fiança;

(ix) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua e da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;

(x) é uma sociedade limitada devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

(xi) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da fiança; e

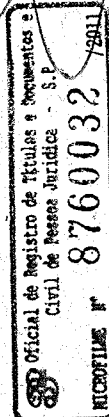
(xii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.



CLÁUSULA XII  
DISPOSIÇÕES GERAIS

JUL 2011

01 11



### 12.1. Comunicações

12.1.1. Qualquer notificação, instrução ou comunicação a ser realizada entre as Partes em virtude deste Contrato deverá ser entregue pessoalmente por correio, *courier* ou correio eletrônico, desde que, em qualquer hipótese, acompanhada de comprovante de recebimento, devendo ser endereçada a:

**Para a Emissora:**

ALUSA ENGENHARIA S.A.

Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.855, Bloco I, 4º andar – Vila Olímpia  
04548-005, São Paulo, SP

At.: Garibaldi Teixeira Filho

Tel.: (11) 2161-9900, ramal 9992

Fax: (11) 2161-9906

E-mail: [garibaldi@alusa.com.br](mailto:garibaldi@alusa.com.br)

**Para o Fiador:**

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.855, 4º andar, sala 52 – Vila Olímpia  
04548-005, São Paulo – SP

At.: Guilherme Martins de Godoy Pereira

Tel.: (11) 2161-9900 ramal 9996

Fax: (11) 2161-9906

E-mail: [guilherme@alusa.com.br](mailto:guilherme@alusa.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04 – Barra da Tijuca  
22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Marcelo da Costa Ribeiro

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [marcelo@pentagonotrustee.com.br](mailto:marcelo@pentagonotrustee.com.br) / c/c: [trustee@pentagonotrustee.com.br](mailto:trustee@pentagonotrustee.com.br)

**Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:**

BANCO BRADESCO S.A.

4010-0/Departamento de Ações e Custódia - Gestão Comercial e Produtos

Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara

06029-900, Osasco – São Paulo

At.: Marcelo Ronaldo Poli

Tel.: (11) 3684-7654

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

**Para a CETIP:**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano,

01452-001 - São Paulo, SP

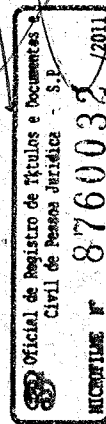
At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1400 / 2138-1400

Fax: (11) 3111-1563

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

JUL 27 01:11



12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues (i) quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, nos endereços acima; e (ii) se enviadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

**12.2. Renúncia**

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou do Fiador prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelo Fiador nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**12.3. Veracidade da Documentação**

12.3.1. Para prestar os serviços aqui especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao aqui disposto, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores.

**12.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas**

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

12.5.1. A presente Escritura, a Fiança e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

JUCESP

## 12.6. Cômputo do Prazo

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## 12.7. Custos de Registro

12.7.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários e dos instrumentos de garantia relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

## 12.8. Lei Aplicável

12.8.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

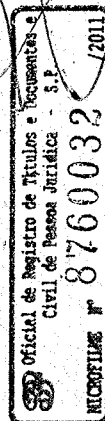
## 12.9. Foro

12.9.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, 13 de janeiro de 2011.

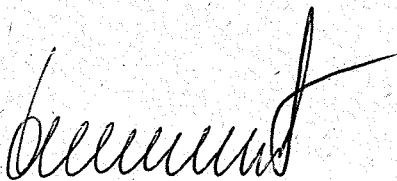
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



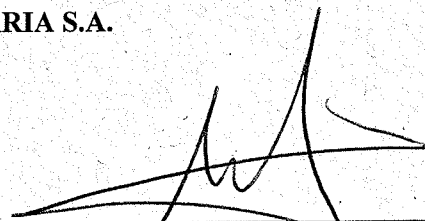
JUL 13 2011

(Página de Assinatura 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Alusa Engenharia S/A, celebrada em 13 de janeiro de 2011)

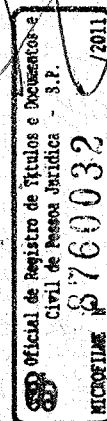
ALUSA ENGENHARIA S.A.



Nome: GUILHERME MARTINS DE GODOY PEREIRA  
Cargo: VICE PRESIDENTE

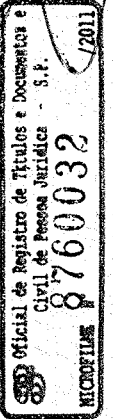


Nome: CESAR LUIZ DE GODOY PEREIRA  
Cargo: DIRETOR



JUL 2011

(Página de Assinatura 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Alusa Engenharia S/A, celebrado em 13 de janeiro de 2011)



**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome: Mariza Lago Zanetti  
Cargo: PROCURADORA

JUCESP

(Página de Assinatura 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Alusa Engenharia S/A, celebrado em 13 de janeiro de 2011)

**GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.**

*[Assinatura]*

Nome: GUILHERME MARTINS DE GODOY PEREIRA  
Cargo: DIRETOR

*[Assinatura]*

Nome: JOSE LUIZ DE GODOY PEREIRA  
Cargo: DIRETOR

3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica - SP  
MICROFILME Nº 8760032 /2011

**Testemunhas:**

*[Assinatura]*

Nome: RAQUEL NASCIMENTO RODRIGUES LIMA  
CPF: 305.402.468-75

*[Assinatura]*

Nome: SIMONE SIMIONE CARDOSO  
CPF: 205.387.218-71



3º

3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.572.625/0001-66  
Praça Padre Manoel da Nóbrega, 20 - Centro - CEP. 01015-010 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 7.052,99 Protocolado e prenotado sob o n. 8.760.032 em  
Estado R\$ 2.004,54 27/01/2011 e registrado hoje, em microfilme  
Ipesp R\$ 1.484,84 sob o n. 8.760.032, em títulos e documentos.  
R. Civil R\$ 371,21 São Paulo, 27 de janeiro de 2011  
T. Justiça R\$ 371,21

Total R\$ 11.284,79

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Bel. José Maria Siviero - Oficial  
Bel. Francisco Roberto Longo - Oficial Substituto